

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

PUBLICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA



(11) 97019-0193

Nº 34 01/06 a 31/07/2025

R\$ 2



NETANYAHOU GENOCIDA!



3 O DESASTRE NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA AMAZÔNIA

4 EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA REALIZA CONFERÊNCIA NACIONAL

6 A UNE E O PROGRAMA "PÉ DE MEIA"

7 O DIFÍCIL CAMINHO DA UNIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS

8 O CARÁTER COLONIALISTA DE ISRAEL

ENCARTE

CONTRA O PROJETO EDUCACIONAL DA BURGUESIA

TROCOU O COMANDO DO BANCO

CENTRAL: NADA MUDOU

Saiu o bolsonarista Campos Neto. Em seu lugar, entrou Gabriel Galípolo. Não há mais bode expiatório. A taxa Selic continua a subir com o presidente do Banco Central, indicado por Lula. O resultado: alta no custo de vida, desaceleração da economia e concentração de renda.

Quem é Gabriel Galípolo? Apesar de jovem, sua ficha corrida de ataques é razoável. Fez parte do governo de José Serra, em São Paulo, onde, dentre outras coisas, coordenou o setor de concessões e

privatizações.

Seus serviços à burguesia lhe proporcionaram o convite para integrar o Banco Fator. E o que fez lá? Ajudou a privatizar, a Cedae, a companhia de saneamento do Rio de Janeiro.

Em todas as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), desde a sua nomeação e antes de assumir o comando, votou nas propostas de Campos Neto, mostrando que a retórica de Lula contra os juros altos e os ataques a Campos Neto não



passavam de retórica.

Em suma, um nome do mercado financeiro, tal qual Campos Neto, Henrique Meirelles ou Ilan Goldfajn. Com um histórico privatista seguirá garantindo que o Banco Central esteja a serviço dos grandes bancos para aumentar seus lucros em detrimento dos serviços públicos e do povo.

GOVERNO LULA VAI PRECARIZANDO OS CORREIOS. QUEM DIRIA?

Recentemente, foi anunciado que, em 2024, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) teve um prejuízo contábil de R\$ 3,2 bilhões. E passamos a assistir várias matérias na imprensa em defesa da privatização da estatal.

No Congresso Nacional, a extrema direita, através da senadora Damares Alves, lançou a proposta de “fiscalização e controle” dos Correios. Mas, não para que a estatal seja controlada pelo povo e, sim para justificar mais ataques ao que ainda existe de função social na empresa.

Por outro lado, Fabiano Silva Santos, atual presidente dos Correios, nomeado pelo Lula, lançou o “Plano Estratégico de Trabalho”, no qual promete economizar R\$ 1,5 bilhão, jogando a responsabilidade do prejuízo sobre as costas dos trabalhadores.

O plano inclui várias medidas que afetam a população com o fechamento de diversas agências de atendimento e também os trabalhadores e trabalhadoras com um novo formato de plano de saúde -já passando por uma grave crise, a suspensão de férias, o fim do trabalho remoto, um plano de demissão voluntária e, ainda, a redução da jornada, com redução de salário. Estima-se que, ao menos, 86 mil trabalhadores serão afetados por essas medidas.

Já os altos cargos da empresa seguem com salários milionários e privilégios, piorando a situação da empresa já bastante atacada por Bolsonaro e abrindo espaço para privatização.

CRÉDITO DO TRABALHADOR: CUIDADO COM A ARMADILHA!!

Crédito do Trabalhador é uma nova modalidade de crédito consignado que abrange todos os trabalhadores com carteira assinada, enquanto no modelo anterior os trabalhadores do setor privado dependiam de convênios de seus empregadores com os bancos para ter acesso às linhas.

Esse modelo dá uma garantia para os bancos: até 10% do saldo do FGTS, bem como a multa rescisória, ficam como garantia de que o empréstimo será pago mesmo que o trabalhador seja demitido. O governo Lula vende o programa como se fosse algo vantajoso. Não é. O próprio Haddad, afirma que os juros são de cerca de 5% a 6% ao mês.

O endividamento é um problema crônico no país, pois segundo pesquisas, 76,1% das famílias brasileiras estão endividadas. Para piorar, o prazo para a quitação do empréstimo é de até 96 meses. A permanência média de um emprego no Brasil é de, em média, apenas 24 meses, de acordo com dados de 2023 do Ministério do Trabalho.

Assim, muitos trabalhadores terão que usar seu FGTS e verbas rescisórias para quitar dívidas quando mudarem de emprego. Caso esses valores não sejam suficientes, levarão a dívida para o próximo trabalho.

Quem é o maior beneficiário do crédito do trabalhador? Os bancos.



EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA AMAZÔNIA SERÁ DESASTROSA PARA O PLANETA

A política do governo Lula de acender uma vela para Deus e outra para Satanás na promessa de campanha da retomada da proteção à Amazônia foi desmascarada: em 21 de maio, no Senado, petistas votaram contra a flexibilização da licença ambiental, visando a respaldar a ministra do meio-ambiente Marina Silva, e foram derrotados pelo bloco de 54 senadores, liderado por Davi Alcolumbre (União Brasil, Amapá). Essa derrota foi articulada por Lula: em fevereiro, em visita ao estado do presidente do Senado, o petista prometeu ao último: “Ninguém pode proibir que a gente deixe o Amapá pobre se tiver petróleo aqui”. Já, na viagem recente à China e à Rússia, Lula costurou com Alcolumbre a emenda vitoriosa que criou uma Licença Ambiental Especial, com rito simplificado, para projetos considerados prioritários para o Executivo.

Enquanto Lula almeja com essa medida, não somente a sua reeleição em 2026, mas também responder à crise do Capital, aprofundada com o “tarifaço” imposto por Donald Trump, a Amazônia segue sendo saqueada, há décadas: no governo de extrema-direita de Bolsonaro, foi a vez da ação predatória patrocinada por setores burgueses como o agronegócio, madeireiras, mineradoras e pecuaristas.

Agora, a bola da vez é a bacia sedimentar da Foz do Rio Amazonas, uma região localizada

a 500 Km da costa do Amapá. Explica-se: a Amazônia brasileira detém 52% dos blocos de petróleo (aproximadamente 451) que estão dentro das categorias de estudo, oferta e concessão em terra e mar (onshore e offshore), além da estimativa de extração de 6,2 bilhões de barris de petróleo.

CIENTISTAS E AMBIENTALISTAS DO IBAMA LUTARAM CONTRA A ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Desde 2014, o IBAMA travou a ideia da Petrobrás de perfurar poços no litoral do Amapá, na região da Margem Equatorial da Amazônia. A discussão foi retomada com força no 3º governo Lula. Em fevereiro último, 29 ambientalistas assinaram um parecer no qual rejeitavam o recurso da Petrobras, dizendo que a estatal não teria condições de responder de forma adequada a um vazamento de óleo na Amazônia.

Lula qualificou como “lenga-lenga” a posição dos técnicos do IBAMA, na sua visita ao Amapá. Como consequência dessa pressão, o presidente do órgão, Rodrigo Agostinho, aprovou o plano de emergência da estatal e deu sinal verde para simular situações de emergência na Bacia da Foz do Rio Amazonas. Antes da vitória no Senado, o governo já prometia investir R\$ 600 bilhões na busca de combustíveis fósseis até 2029. “Vamos perfurar, bebê”, disse a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, no Texas, copiando Trump.

DIANTE DESSE QUADRO, A COP-30 EM BELÉM É FARSA!

A licitação de blocos para exploração de petróleo, portanto, segue, um deles a 360 km de Belém-PA, onde será realizada, em novembro,

a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – Conferência das Partes. Essa conferência estuda medidas para a adoção da chamada energia limpa pelos 20 maiores países produtores de Petróleo (o Brasil está entre eles) e a desaceleração do aquecimento global. Como vemos, uma pauta em flagrante contradição com que o governo Lula está fazendo.

Em resumo: a exploração de petróleo na Amazônia pelo governo ou por transnacionais contribuirá para o aumento da temperatura global, pois a queima dos combustíveis fósseis é responsável pela emissão dos gases de efeito estufa, o que tem gerado o aquecimento da Terra. Além disso, um eventual derramamento de óleo na região afetará espécies de fauna e flora que só ocorrem nesta região, que terão muita dificuldade de se regenerar: na Bacia do Foz do Amazonas está localizado o maior corredor contínuo de manguezais do planeta. Caso o óleo toque a costa não haverá como mensurar a destruição desse ecossistema nem as consequências nefastas para as populações ribeirinhas.

Por fim, chega a ser lamentável que sindicatos de petroleiros como o do Rio Grande do Norte, dirigido por apoiadores do governo, defendam a exploração na Margem Equatorial, sob o argumento de que em dez anos o país já estará importando petróleo. É falso também que haverá geração de empregos para a população da região. Na verdade, só será bom para as empresas, que terão lucros altíssimos. Na presente campanha salarial dos petroleiros, a Federação Única dos Petroleiros e a Federação Nacional dos Petroleiros deveriam orientar aos sindicatos para fazer esse debate com a sua base.



EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA REALIZA CONFERÊNCIA VITORIOSA

Entre os dias 18 e 20 de abril, Emancipação Socialista realizou a sua Conferência Nacional em São Paulo. Na pauta, pontos como situação política internacional e nacional, opressões, balanço político da nossa atuação no último período e os próximos passos no sentido consolidar a nossa organização.

Disponibilizaremos os textos aos interessados em conhecer nossas reflexões sobre a situação da luta de classes.

UMA ETAPA REACIONÁRIA

O principal objetivo foi buscar compreender a correlação de forças entre as classes sociais e a partir daí elaborar a política e as táticas para a atuação na luta de classes.

Também avançamos para definir a atual etapa da luta de classes – considerando aqui desde a queda do Muro e dos Estados não capitalistas do Leste Europeu e a ascensão do neoliberalismo- como reacionária, período marcado pelo avanço de várias formas de exploração do capital (e em todos os países), retrocesso da consciência e a crise de alternativas socialistas. Duas observações: é diferente de "etapa contrarrevolucionária", um momento no qual regimes abertamente ditatoriais seriam a tônica, prisões, fechamento sindicatos, etc. E a outra é que nesse período houve lutas e rebeliões importantes em vários países, mas estas não tiveram força para reverter tal correlação de forças.

Sobre os combates mais recentes contra a burguesia avaliamos que estamos em um momento de defensiva, no qual a classe trabalhadora encontra muitas dificuldades para reconquistar ou manter seus direitos. Luta, mas por várias razões – como o papel das direções pelegas - não consegue deter os ataques contra seus direitos.

APROFUNDAMENTO DA CRISE ESTRUTURAL E O COLAPSO AMBIENTAL

Também identificamos o aprofundamento da crise estrutural

do capital, conceito de Mészáros fundamental para entender as várias crises da atualidade (econômica, social, o colapso ambiental e o acirramento da disputa comercial). O significado prático é que todos esses problemas vão piorar e o capitalismo não tem um plano B, como foi o keynesianismo e o Estado-bem-estar-social que permitiram quase 30 anos de crescimento forte.

Para superar esse tipo de crise seria necessária uma gigantesca queima de capitais, possível só com uma nova grande guerra, mas não podem por conta do risco de uma destruição do planeta em função do aparato bélico atômico. Assim, a saída para o capital é ativar o modo destrutivo da produção: guerras locais, excesso de produtos supérfluos, utilização de fertilizantes químicos para aumentar a produtividade agrícola, etc. sobrecarregando a natureza e colocando a vida no planeta em risco, num processo que chamamos de colapso ambiental, a aproximação do ponto de irreversibilidade dos danos provocados pelo capitalismo no seu processo produtivo.

A CRISE DA ALTERNATIVA SOCIALISTA E A EXTREMA-DIREITA

A realidade também é marcada por uma profunda crise de subjetividade da classe trabalhadora, que perdeu referenciais da luta e da esquerda anticapitalista, cada vez mais fragmentada, isolada social e politicamente e praticamente sem influência política sobre os explorados. É a crise de alternativas socialistas, um obstáculo importante para o desenvolvimento de uma consciência socialista no conjunto da classe trabalhadora.

Entre outras causas, essa crise abre espaço para a extrema-direita se apresentar (falsamente) como antissistema, influenciando a consciência de milhões de pessoas e ganhando respaldo para seu programa reacionário de perseguição aos imigrantes, de restrição às liberdades



democráticas e vários ataques aos direitos sociais e trabalhistas.

Soma-se a isso o crescimento eleitoral da extrema-direita mundial, colocando para os revolucionários a importante batalha de derrotá-los a partir das mobilizações, como um contraponto às frentes amplas com setores burgueses, nas quais até mesmo um setor da esquerda anticapitalista embarca.

A CLASSE TRABALHADORA LUTA

Mesmo com dificuldades e limitações, os explorados do mundo vão resistindo da forma que podem, se mobilizando em vários países: as greves nos Estados Unidos, as rebeliões populares no Quênia, Nigéria, Moçambique e Angola. Na Grécia, a classe operária realiza novas greves gerais e na Coreia do Sul, os metalúrgicos foram a vanguarda contra o golpe militar de Yoon Suk Yeol.

De todas as lutas, sem dúvida, a mais importante é a resistência do povo palestino contra os planos colonialistas do sionismo. Os ataques covardes contra Gaza mataram dezenas de milhares de pessoas, na Cisjordânia ocupada pelos israelenses os palestinos são presos aos milhares, inclusive crianças e jovens torturados nas cadeias. É uma luta da classe trabalhadora mundial contra Israel e contra os governos que apoiam essa chacina praticada pelo sionismo. Por isso, votamos que esse tema é uma das nossas prioridades políticas.

Todas essas lutas carregam o desafio de avançarem para pautas políticas contra o sistema e a tarefa dos revolucionários é ajudar a classe trabalhadora a desenvolver uma consciência socialista.

SITUAÇÃO NACIONAL: O BRASIL DO AGRO, DO RENTISMO, DA VIDA CARA E DO GOVERNO DE COLABORAÇÃO DE CLASSES

Associado a esse contexto internacional, na conjuntura brasileira temos o crescimento da extrema-direita, a volta ao poder de Lula e do PT alinhados à direita e respaldado por parte importante do capital através da 'Frente Ampla' e o ataque bolsonarista de "oito de janeiro", elementos altamente explosivos e longe de uma 'solução de estabilidade'.

Apontamos, entre outros fatores, que os ataques dos capitalistas sobre a classe trabalhadora, a crise da esquerda anticapitalista e a colaboração de classes desenvolvida pelas direções do movimento e o cenário internacional criaram as bases do fenômeno da extrema-direita no Brasil.

As classes dominantes seguem muito privilegiadas num país marcado por profundas desigualdades estruturais, pobreza, endividamento popular e carestia. O 'agro' e o setor financeiro são as frações dominantes nesse período, apesar da relativa recuperação da indústria. O colapso climático (elevação de temperaturas, chuvas torrenciais ou fortes secas, etc.) tende a agudização no próximo período e exige uma resposta classista e antissistêmica, como discutem, por exemplo, os ecossocialistas anticapitalistas da coalizão do clima.

Neste cenário, a classe trabalhadora enfrenta uma brutal precarização das relações de trabalho e redução sistemática dos direitos trabalhistas. Em que pese a redução conjuntural do desemprego no último biênio a situação geral é grave. Os empregos são precários e cerca de metade da população economicamente ativa tem trabalho informal que se expressa nos trabalhadores em app como i-food, uber, nas terceirizações e etc. Não por acaso estes setores têm se mobilizado e devem receber toda nossa solidariedade, unidade e apoio em suas lutas.

Este cenário de desmonte e precarização da classe trabalhadora se reflete especialmente na juventude, com a piora na saúde mental dos explorados e no

crescente endividamento dos mais pobres. Neste duro quadro, a população periférica ainda convive com a constante repressão policial e a tendência é o Estado aumentar os investimentos nessa área. Ao mesmo tempo, a ação conservadora/reacionária das igrejas busca aplacar as insatisfações, resignar corações e mentes e, por vezes, criar discursos do ódio ao diferente especialmente no campo dos costumes.

Tal contexto não será revertido com as políticas do governo Lula 3 nem com as práticas tradicionais das direções do movimento social, pois trata-se de um governo burguês que aplica o neoliberalismo e se apoia na colaboração de classes. É também limitado por suas opções, pela correlação de forças e pela dificuldade de fazer concessões num cenário de um capital cada vez mais sedento por lucro. Chama atenção neste governo sua apatia nas iniciativas políticas e no enfrentamento quase zero aos desafios políticos e contradições. A receita amarga é a mesma desde a crise do impeachment de Dilma: ir a direita quando pressionado, ceder espaços ao 'Centrão' e até a extrema-direita.

Os dados relativamente positivos da macroeconomia (inflação, PIB, desemprego, etc.) não melhoram a aprovação popular, pois o alto custo de vida hoje é uma situação dramática e os números positivos ainda não chegaram na mesa dos mais pobres. O modelo de 'austeridade fiscal' do Haddad e seu reacionário arcabouço fiscal são os principais problemas desta conjuntura econômica, combinado com a manutenção das altas taxas de juros pelo Banco Central majoritariamente indicado por Lula.

Por tudo isso, definimos que uma das tarefas urgente e necessária é a construção de uma oposição de esquerda ao governo Lula, se diferenciando da oposição reacionária. Somente uma jornada de lutas da classe trabalhadora, dos precarizados e dos mais pobres pode reverter as dificuldades que vivemos no Brasil.



A UNIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DO MFSR

Nesse ambiente de múltiplas crises e a impossibilidade do capitalismo conceder algum benefício, a tendência é o agravamento das condições de vida do povo. Não há saída dentro do capitalismo, nem mesmo com esses governos e suas versões reformistas e de esquerda eleitoral. Só a classe trabalhadora organizada e a Revolução Socialista mudam essa sociedade.

Mas sabemos das dificuldades da concretização da Revolução nesse momento. Exatamente quando ela é mais necessária encontramos tantos obstáculos e a esquerda anticapitalista bastante fragilizada.

Nós, da Emancipação Socialista, ao mesmo tempo que batalhamos pela nossa construção e fortalecimento, também defendemos a construção de espaços unitários da esquerda revolucionária para intervir na luta de classes. É nesse sentido que apostamos na construção do Movimento por Frente Socialista Revolucionária em base aos princípios da independência de classes, democracia operária e outros, e se organizando por consensos entre as forças políticas e os indivíduos que a compõem.

PLANO DE FORMAÇÃO

Outra resolução que destacamos é o plano de formação para o próximo período: as formas de comunicação com a classe trabalhadora (jornal e redes sociais), o identitarismo na perspectiva marxista, um plano de estudo sobre a Guerra Civil espanhola e a 'Escola Nacional' de formação a ser realizada em 2026. Todas essas formações serão abertas aos ativistas.

A formação política da militância é muito importante, para melhor compreendermos a realidade e elaborar a política da organização. Também é uma forma da militância romper com a alienação muito presente nos ciclos da esquerda. É como Lênin dizia "sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário".

CONTRA A EXPROPRIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E O PROJETO EDUCACIONAL DA BURGUESIA!

Não é de hoje que a Educação tem sido adaptada para ser parte da sustentação de um modo de produção e da disseminação de um modo de pensar em que, necessariamente, uma parcela da população precise ser explorada.

Assim, periodicamente teóricos e governos dos diversos partidos apresentam propostas para uma tal “universalização” da Educação, mas o que presenciamos é o Projeto Educacional da burguesia buscando moldar, para um determinado “mundo do trabalho”, as formas de pensar e de agir da classe que precisa de salário para viver.

Nesse Projeto Educacional, mais uma vez, a Educação Pública sofre com mais cortes ou falta de verbas, com a intensificação da terceirização do trabalho intelectual (professores, cientistas, etc.) e do trabalho manual, com degradantes e opressoras condições de trabalho.

O que estamos vivenciando é o aprofundamento da adaptação da Educação Pública (político-ideológico-pedagógico) às necessidades de um mercado de trabalho (sem direitos trabalhistas, com altas jornadas de trabalho, baixos salários e de desempregados) e aos interesses dos grandes empresários (dos ramos da tecnologia, indústria, comércio, agronegócio e financeiro).

Esse é o caminho traçado pelo governo federal, os estaduais e os municipais que assumem e reafirmam o Projeto Educacional que aplicam, ou seja, o Projeto Educacional Burguês. Vendem a Educação Pública, com o repasse de verbas, para grandes empresários. E compram dos grandes empresários, com as verbas públicas, os projetos-políticos-pedagógicos, avaliações

e metas, plataformas digitais, formação de Professores, diversos produtos e serviços.

Com isso, atendem ao corte de “gastos” das universidades, institutos e das escolas; atendem à farsa da Educação com qualidade para todos; aplicam sem entraves o Novo Ensino Médio; à expansão do mercado de trabalho precário; permitem a essas empresas maior exploração mantendo a já alta taxa de lucros e seguem pagando os juros Dívida Pública. Assim, restam ainda agradecimentos e privilégios pelo aumento dos “grandes negócios” com empresas, institutos, fundações e bancos como Gerdau, Multilaser, Braudel, Lemann, Itaú, etc.

GOVERNO LULA PROMOVE ASFIXIA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

No dia 26 de maio o governo federal anunciou que uma medida do Decreto nº12.448 seria revogada. Essa medida previa que as instituições de ensino só poderiam gastar por mês 1/18 do orçamento que havia sido aprovado, portanto, se fosse seguida essa regra, mais de um terço do valor total só poderia ser utilizado quando chegasse o mês de dezembro.

Considerando-se que o uso de recursos públicos nessas instituições segue um rigoroso procedimento de controle, dificilmente seria possível utilizá-los e seriam perdidos ou iriam para o capital rentista.

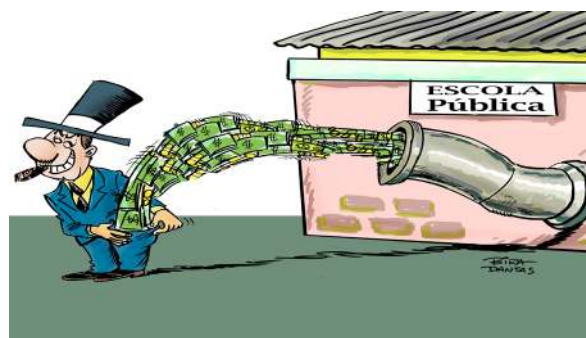
O governo recuou sob pressão. Em vez de parcelar em 18 vezes parcelará em 12, mas essa forma também não favorece o planejamento adequado do uso dos recursos! Esse parcelamento da

liberação dos gastos é para facilitar o chamado contingenciamento, isto é, a qualquer momento o governo também pode anunciar uma nova retenção de recursos. Contingenciamento é um termo cínico utilizado para executar o corte de despesas com serviços públicos, os quais a classe trabalhadora necessita e tem direito, mesmo porque os impostos no final das contas têm origem na riqueza produzida pela classe trabalhadora que é expropriada.

UNIVERSIDADES E INSTITUTOS SE MANTÊM COM IMENSAS DIFICULDADES DE FUNCIONAR

O governo anunciou esse recuo como recomposição. É uma falácia! Fica parecendo que basta cumprir o orçamento votado para 2025 e tudo voltará à normalidade, haveria verbas suficientes para financiar as instituições. Só que o orçamento já estava estrangulado há muito tempo! Por exemplo, a situação da UFRJ, a maior universidade federal do país, tem várias unidades com salas interditadas por problemas de infraestrutura e uma dívida de 61 milhões com prestadores de serviço além de precisar de obras em 75% dos seus prédios.

Não é de hoje que a situação está crítica. A partir de 2016 a orçamento das instituições federais de ensino superior despencaram. Em 2015 eram 7,8 bilhões, em 2018 eram 5,8 bilhões e em 2012, ano da pandemia, foram para o



fundo do poço 4,5 bilhões. Neste ano, a verba total era a mesma de 2004, só que em 2021 havia o dobro de estudantes. Concluindo, por estudante utilizou-se a metade do que em 2004.

PROMETEU E NÃO CUMPRIU!

Durante a eleição Lula comprometeu-se em “reconstruir” o país, o que incluiria entre outras coisas recompor o orçamento de recursos em vários setores, principalmente a Educação, duramente atacada no governo de extrema-direita de Bolsonaro. Mas, não foi o que aconteceu. O orçamento de 2024, já elaborado pelo governo Lula, não apresentou nenhuma alteração em relação a 2023. Além disso, representava menos da metade comparado ao orçamento de 2016. É evidente então que não houve recomposição alguma do orçamento.

Precisamos lembrar também da recomposição salarial. No início de 2024, a partir do cálculo da defasagem dos salários dos Técnicos Administrativos e diante da inflação, seria preciso um reajuste de 50% pelo menos, mas o máximo que o governo concedeu na greve foi de aproximadamente 15% até 2026!

O SISTEMA DA DÍVIDA, ARCABOUÇO FISCAL E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

O que está em questão como sabemos não é o excesso de gastos, mas a imposição do sistema da dívida que consome quase a metade do orçamento do governo federal! O governo anunciou um corte de 30 bilhões, mas a cada 1% de aumento dos juros do governo (taxa Selic)

o gasto anual com dívida aumenta em 50 bilhões. E para garantir o funcionamento do sistema da dívida o governo aprovou em 2023 o chamado “Arcabouço Fiscal” que na verdade é um calabouço, uma prisão para os gastos com serviços públicos a partir do qual há uma limitação maior com benefícios sociais, Educação e Saúde.

O sistema da dívida é seguido por todos os governos, desde a extrema-direita até os que se intitulam falsamente de “esquerda” e “a favor” da classe trabalhadora. Todos os governos se comprometeram por completo com essa política. A dominância do parasitismo financeiro não é apenas um desvio ou simples equívoco, expressa a crise profunda que o capitalismo vive e a incapacidade de manter a taxa de lucro através do aumento da exploração sobre o trabalho precisando ainda sugar a maior parte dos recursos públicos como um vampiro buscando cada vez mais sangue!

GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS TAMBÉM ASFIXIAM A EDUCAÇÃO BÁSICA

Os cortes de verbas e as adaptações do projeto político-ideológico-pedagógico às necessidades do mercado de trabalho precário são intensificadas desde a Educação Básica.

É comum encontrarmos creches, escolas municipais e estaduais da rede pública, em diversos estados e municípios, com salas lotadas, pouquíssima infraestrutura e em tempo integral. Essa condição possibilita liberar para o trabalho a pessoa responsável pela criança/adolescente, mas, ao mesmo tempo, possibilita confinar e reprimir os filhos da classe trabalhadora em espaços sem as condições necessárias para aprendizagem, alimentação, tecnologias, culturas e esportes.

Os governos Zema

(Novo) em Minas Gerais, Tarcísio (Republicanos) em São Paulo, Dantas (MDB) em Alagoas, Castro (PL) no Rio de Janeiro, Raquel Lyra (PSD) em Pernambuco, Jerônimo (PT) na Bahia, etc. (de centro, direita e extrema-direita) aplicam sem restrições o Projeto de Educação citado acima. Sugam verbas da Educação pública e mandam para a iniciativa privada, secundarizam aprendizagem, a pesquisa/extensão, pioram as condições de trabalho, de estudo e de vida.

Professores, para atingirem metas, têm o aumento da jornada de trabalho, rebaixados os salários, falta de benefícios, adoecimentos, etc. E os estudantes, que dependem de salário para viver, lutam pela permanência nesse ambiente hostil. Ambos são penalizados e obrigados a atingirem metas municipais/estaduais e índices de avaliações nacionais como IGC/Enade, IDEB, SAEB, etc.

Dessa forma, a Educação básica e a formação universitária estão dominadas e sendo, cada vez mais, expropriadas por empresas e governos que buscam ganhos/lucros em todas esferas. E o governo Lula é um desses governos da burguesia que mantém esse programa de cortes de “gastos”, não investimentos e compactua com o aumento da exploração da classe trabalhadora para o aumento da riqueza de poucos!

➡ Pela unidade e luta da classe trabalhadora independente dos governos e patrões!

➡ Não à expropriação da Educação Pública! Fim dos cortes de verbas da Educação!

➡ Nada podemos esperar de governos da burguesia (centro, direita e extrema-direita)! Fim do pagamento da Dívida Pública!

Abaixo o Arcabouço Fiscal! 10% do PIB para a Educação Pública!



A UNE E O PÉ DE MEIA: QUANDO A BUROCRACIA E AS MIGALHAS TENTAM SUBSTITUIR A LUTA ESTUDANTIL DE CLASSES

A Educação brasileira vive um dilema cruel. De um lado, o governo anuncia o programa “Pé de Meia” como grande solução para manter os jovens pobres nas escolas e faculdades, depositando um auxílio de R\$ 200 por mês para os estudantes das redes públicas. A medida também é para incentivar a profissão docente aos estudantes de licenciaturas do ensino superior que ingressaram na faculdade até o ano passado, onde será depositado um auxílio de R\$ 700 por mês. A medida assistencialista efetivamente auxilia as necessidades imediatas, todavia não garante um plano futuro profissional a esse jovens e muito menos um ensino público de qualidade para concluir sua profissionalização. Em contrapartida, a contradição da assistência não é em si o seu imediatismo, mas sim os passos seguintes efetuados pelo governo federal para a educação.

Somente no primeiro semestre desse ano, além do governo federal implementar o programa “Pé de Meia”, o mesmo congelou R\$ 31,3 bilhões de verba da educação, afetando principalmente os IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) que há anos “sobrevive por aparelhos” por conta de todos os cortes orçamentários efetuados nas últimas décadas. Mediante isso, as reitorias das universidades comunicaram ao corpo social das instituições que iriam funcionar com 1/18 mensalmente até novembro (depois baixou para 1/12). Na UFRJ a reitoria fez o comunicado informando que “serviços não-essenciais” seriam paralisados, entre eles a compra de gasolina

para os ônibus universitários que cumprem a função essencial de locomoção dentro e fora da cidade universitária. A contradição está posta! Mesmo depois de revogar o contingenciamento no dia 26 de maio e propor a recomposição orçamentária de R\$ 400 Milhões para as IFES, o saldo não se acertou em relação ao histórico de cortes.

E A UNE?

Mesmo com toda essa contradição, a medida tomada pela UNE, diante aos ataques à educação, é se contentar com o Pé de Meia considerando-o conquista estudantil, sem tensionar a política do governo federal que mantém o teto de gastos e o arcabouço fiscal, sendo então cúmplice da atuação do governo federal. A entidade se encontra distante e o seu silêncio acerca do que realmente afeta os estudantes colabora para a desmobilização dos mesmos. A UNE, que um dia mobilizou multidões contra a ditadura, hoje é uma desconhecida: 71% dos universitários não sabem quem é seu presidente. Enquanto estudantes organizam vaquinhas para ajudar colegas em dificuldade, a UNE gasta milhões em uma sede suntuosa em São Paulo. Enquanto coletivos negros e indígenas lutam por cotas e assistência, ela faz workshops patrocinados por bancos. E quando governos aliados cortam bilhões da educação? Maquia com a organização de um ato, onde prevalece a sua burocracia, sem pautar a política neoliberal que o governo Lula, seu aliado, executa para a educação.

O Pé de Meia é mais uma cortina de fumaça de um Estado



que se recusa a enfrentar as causas reais da evasão estudantil. Enquanto o programa é vendido como “oportunidade”, esconde-se que 72% dos jovens que deixaram de estudar é porque precisam trabalhar, muitos em subempregos que mal pagam o transporte. R\$ 200 não resolvem a fome que atrapalha o aprendizado. É uma esmola que serve, na verdade, para maquiar a ausência de políticas sérias e transferir para o indivíduo a culpa pelo fracasso do sistema capitalista que se mantém da miséria da classe trabalhadora.

A UNE atual representa a domesticação das lutas de classe. Primeiro, com seu assistencialismo que finge ajudar enquanto mantém intacta a estrutura de privilégios; segundo, com sua burocracia que trocou assembleias combativas por acordos de gabinete. O caminho não está em reformas nem em entidades esvaziadas. Está na reorganização de um movimento estudantil que volte a enfrentar as perguntas que assustam os poderosos: Por que não taxar as grandes fortunas para financiar educação de verdade? Por que aceitar que universidades públicas tenham menos verba que o marketing de bancos? Por que conformar-se com migalhas quando é possível exigir o pão inteiro? A história mostra que direitos nunca foram concedidos, sempre foram arrancados.

O DIFÍCIL CAMINHO DA UNIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS

Nos atos de 1º de maio deste ano tivemos uma importante unidade de ação dos setores da esquerda socialista em várias atividades espalhadas pelas regiões brasileiras. Uma ótima iniciativa, no geral. Também têm ocorrido debates interessantes que aproximam correntes e militantes independentes do campo da esquerda revolucionária. Todas as iniciativas são excelentes, devem ser multiplicadas e podem contar com o apoio, a militância e os esforços da Emancipação Socialista.

Temos atuado e estimulado o Movimento pela Frente Socialista Revolucionária (MFSR), iniciativa que aproxima e articula grupos e militantes revolucionários (as) na perspectiva da unidade e colaboração entre seus membros, buscando quebrar a fragmentação e a ‘diáspora’ entre os agrupamentos revolucionários. Uma tarefa árdua, considerando que as rupturas e a autofagia dominam a relação entre os grupos e nem sempre existem regimes saudáveis internamente nas organizações. Conviver com as diferenças parece ser um fardo pesadíssimo e rapidamente se conclui que é melhor dividir e fazer um ‘novo grupo’ do que apostar no debate saudável e qualificado das diferenças e sínteses superiores.

De fato, o desafio de aproximar os revolucionários imersos nesta ‘cultura da fragmentação’ é imenso e o jornal Consciência de Classe passará a dedicar um espaço permanente para trazer reflexões e debater este tema. Nesta edição iniciamos esta série trazendo um pouco da experiência do POUM (Partido Operário da Unificação Marxista), da Espanha: em setembro, completam-se 90 anos da fundação deste partido.

A ESPANHA DOS ANOS 1930

Eram os tumultuosos anos 1930 e o contexto internacional apontava uma intensa polarização entre o fascismo e setores da direita e as forças de esquerda e dos movimentos sociais, em geral. A Espanha seria mais um dos cenários deste embate: ali, uma batalha

brutal – antecedendo o que seria a 2ª Guerra – se estabeleceu.

Nas eleições polarizadas de fevereiro de 1936, a Frente Popular (FP) conseguiu 4,7 milhões de votos e a Frente Nacional obteve cerca de 4,4 milhões. No marco de profunda onda de mobilizações e greves, a FP se constitui como uma coalizão composta por socialistas moderados (PSOE) e burgueses republicanos com apoio tácito dos anarquistas, um setor com peso importante no movimento de massas espanhol naquele momento. O Partido Comunista Espanhol vinculado a Moscou e a Internacional Comunista estalinizada também compôs a coalização.

A direita espanhola, por sua vez, gozava do apoio da grande burguesias, dos latifundiários, dos industriais, de boa parte da Igreja Católica e do Exército. Portanto era uma força social significativa com peso de massas.

A FP tomou posse e em poucos meses adotou algumas medidas progressivas como a expropriação de mais de meio milhão de hectares de terras para instalar famílias de camponeses: medidas combinadas com o compromisso da manutenção da propriedade privada e do sistema capitalista. Politicamente, as forças de esquerda se fragmentaram, uma consequência de um contexto de lutas generalizada especialmente nas grandes cidades em um país majoritariamente agrário. Em julho daquele ano, poucos meses após a posse da FP, diante da polarização, a extrema direita opta por um golpe militar liderado pelo General Franco: era o início da Guerra Civil Espanhola que duraria até 1939.

O POUM havia surgido 10 meses antes a partir da unidade orgânica entre dois setores comunistas dissidentes: a ‘Esquerda Comunista’, liderada por Andres Nin, um quadro que chegou a trabalhar com Trotsky na Rússia revolucionária, e o Bloco Operário e Camponês de Joaquim Maurin, vinculado a posições originadas de Bukharin, pejorativamente chamado pelos estalinistas de ‘comunistas de direita’. Ambos criticavam a política



geral do estalinismo num período no qual importantes setores do movimento socialista/comunista, sobretudo na Europa, organizavam correntes dissidentes e críticas à burocracia da URSS e da Internacional Comunista. Nas páginas de seu jornal “A Batalha”, o POUM foi o único a criticar os Processos de Moscou que eliminaram milhares de militantes e opositores a Stálin. Apesar das distintas origens de seus fundadores, o POUM surgiu em base a um acordo programático significativo e também atraiu ativistas revolucionários de variadas origens dentro do campo da esquerda comunista.

O POUM VACILOU

Quantitativamente, em julho de 1936, o POUM contava com cerca de 8.000 militantes, um salto já em relação ao número fundacional. No final desse mesmo ano chegaria a 40.000 numa Espanha que contava com cerca de 24 milhões de habitantes. Mesmo sendo uma força minoritária, tinha um peso político expressivo. Isso demonstra a correção em se constituir uma unidade orgânica entre os revolucionários especialmente alicerçada em um programa e tarefas comuns para atuar na realidade.

Infelizmente, o POUM errou muito politicamente, especialmente na sua posição perante a FP: apesar de criticá-la, colocou a sua assinatura no acordo fundacional da FP e chegou a ter Andres Nin como ministro. No próximo texto desta série seguimos analisando os caminhos políticos do POUM e as consequências de suas escolhas, o que não macula em nada a experiência da unidade dos revolucionários que deve ser considerada um ótimo exemplo.

O CRUEL PROJETO COLONIZADOR DE ISRAEL

Alegada declaração de independência de Israel em 15 de maio de 1948 c -que falsifica a História (Israel não era colônia ou parte de império algum) - detonou para os palestinos um processo de lutas e resistência do povo palestino e que dura até hoje.

O poderio bélico e a parceria das potências imperialistas garantem que ao povo palestino, durante quase oito décadas, reste revidar com pedras as humilhações sofridas em seu cotidiano pelo exército israelense. Aos grupos armados que falam em nome dos palestinos, resta serem taxados de terroristas frente ao poder estatal criminoso do sionismo israelense.

É por causa desta conjuntura aterrorizante que a data do golpe militar dos sionistas contra a Palestina é conhecida pelo mundo árabe como Nakba (tragédia, catástrofe em árabe). Só na primeira Nakba, cerca de 750 mil palestinos e palestinas foram expulsos, mais de 400 vilas palestinas foram destruídas. Além disso, há mais de um século, o território palestino já vinha sendo pilhado pelos colonizadores sionistas.

A COLONIZAÇÃO DA PALESTINA

No final do século XIX, sob pretexto da perseguição que sofriam na Europa, judeus sionistas começaram a migrar para a Palestina, então dominada pelo Império Otomano. O sionismo, movimento formado principalmente por judeus seculares (não praticantes da religião judaica e com uma ideia de nação que transformava uma religião em povo), era bem-visto por grupos europeus que estavam também elaborando teorias nacionalistas.

A História já mostrou aonde se chegou com o pensamento nacionalista do fascismo, do nazismo, do franquismo, da ditadura de Vargas no Brasil e tantos outros. Atualmente assistimos ao mesmo modus operandi sendo aplicado pelo Estado genocida sionista de Israel contra os palestinos: negação de sua humanidade e projeto de extermínio em massa.

Com o fim do Império Otomano, em 1917, a Palestina passou para o domínio britânico, que desde sempre deu apoio à colonização sionista. Colonizar um território habitado significa etnocídio (extinção dos valores culturais) e genocídio (matança dos indivíduos). Os judeus compararam terras no período de 1880 a 1930, em sua maioria de não palestinos. Inicialmente, davam preferência ao Vale do Jizreel, ao Vale do Jordão e à Galileia, sem inquilinos árabes.

A EXPULSÃO DOS PALESTINOS DE SUAS TERRAS

O aumento da presença de judeus em seu território levou os palestinos a se oporem a ela. Então os judeus organizaram-se em grupos paramilitares como o Haganá e a Gangue Stern, passando a realizar ataques terroristas. Os palestinos, por sua vez, formaram grupo militares para se defender do domínio britânico e encerrar a migração de judeus.

Muitos conflitos ocorreram, dentre eles, A Guerra dos Seis Dias (1967), a Primeira (1987) e a Segunda Intifadas (de 2000 a 2005). O primeiro conflito, a primeira Guerra Árabe-Israelense, envolvendo Síria, Jordânia, Egito, Líbano e Iraque contra Israel em 1948, expulsou de 700 mil a 800 mil palestinos de suas terras.

Cerca de 40% dos habitantes da Cisjordânia e a atual população de Gaza são refugiados ou descendente de refugiados de 1948. Cerca de 6 milhões de palestinos vivem espalhados pelo mundo. 70% da população da Jordânia, que faz fronteira com Israel, é descendente de Palestinos e neste país existem 10 campos de refugiados.

O APARTHEID CONTRA O POVO PALESTINO

Há 77 anos, a população palestina vem sendo submetida a atrocidades inadmissíveis no mudo atual, vigorando uma legislação internacional que compreende a existência de direitos estendidos a todos os seres humanos, menos para

os africanos, asiáticos, islamizados, negros em diáspora e indígenas. Menos ainda para os palestinos.

Os colonos judeus fazem hoje o mesmo crime de que já foram vítimas. Nas duas porções de terra descontínuas e densamente povoadas (Faixa de Gaza e Cisjordânia), que consistem na Palestina atual, são vários tipos de perseguições praticados contra os palestinos pelos colonos sionistas e com apoio do Estado de Israel, desde cortar as milenares oliveiras, prisões e até o assassinato famílias palestinas inteiras. Também é comum despeja concreto em poços de água para interromper a irrigação agrícola, em um duplo crime contra o meio ambiente e contra os palestinos.

Israel demonstra total desprezo pela dignidade humana matando crianças em imagens angustiantes que rodam o mundo nas redes sociais, exibindo a covardia de seus soldados que cantam em cima de cadáveres de pessoas mutiladas. Recentemente colonos israelenses munidos de rifles e soldados dispararam contra residentes de uma aldeia da Cisjordânia.

Além disso, Israel impede que a ajuda humanitária chegue aos palestinos que morrem de fome. E as torturas de palestinos são realizados diuturnamente pelo sionista que quer exterminá-los.

- ➡ Todo apoio à luta do povo palestino!
- ➡ Lula, rompa relações diplomáticas com Israel!
- ➡ Pelo fim do Estado sionista de Israel!
- ➡ Palestina Livre, do rio ao mar, soberana e socialista!

APARTHEID

Segundo o relatório Israel's Apartheid (2022, p.13) publicado pela Anistia Internacional, o conceito pode ser entendido "como um sistema de tratamento discriminatório prolongado e cruel por um grupo racial de membros sobre outro com a intenção deste último ser controlado". A Human Rights Watch faz coro à denúncia: "as autoridades israelenses já ultrapassaram essa linha [de ocupação] e hoje estão cometendo os crimes contra a humanidade de apartheid e perseguição" (Jornal BdF).